

O OPÚSCULO DE 1768 DE KANT: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DAS ORIGENS DA FILOSOFIA CRÍTICA

Lucas Alessandro Duarte Amaral¹

RESUMO

Neste artigo nos propomos como tarefa apresentar, discutir e avaliar a importância do *Opúsculo de 1768* às origens da filosofia crítica. Teremos como tema específico a ser tratado aqui o espaço cujo foi, sem sombra de dúvidas, um dos mais caros assuntos na doutrina kantiana em seu viés teórico. Para alcançar os objetivos esperados, optamos por dividir nosso texto em duas partes: na primeira, mais descritiva, apresentaremos os principais movimentos do referido escrito de Kant (no total são quatro); na segunda, faremos alguns apontamentos às possíveis contribuições, outrossim alguns problemas, do mesmo tendo em vista a doutrina madura do filósofo de Königsberg, particularmente aquela acerca do espaço.

Palavras-chave: Kant, *Opúsculo de 1768*, espaço, virada crítica.

¹ Bacharel, mestre e doutorando em filosofia pela PUC-SP. Bolsista da Capes. E-mail: lucasadamara@gmail.com

ABSTRACT

In this article we propose as a task to present, to discuss and to evaluate the importance of the *Opusculum of 1768* to the origins of critical philosophy. We shall have as main subject here the space which was, without doubt, one of the major themes in Kant's theoretical doctrine. To achieve our goals we opt to divide the text in two parts: in the first, more descriptive, we shall present the principal movements of the refereed text (they are four); in the second, we shall make some remarks to the possible contributions, equally to some problems, taking into account particularly that one about the space.

Key-words: Kant, Space, *Opusculum of 1768*, critical turn.

1. INTRODUÇÃO

Notadamente, o *Opúsculo de 1768*² foi um texto de Kant que representou um verdadeiro divisor de águas em seu pensamento, sobretudo em se tratando do tema do espaço. Um dos traços distintivos desse breve escrito que endossam a tese acima foi a marcante ruptura do filósofo de Königsberg com uma concepção com respeito à natureza do espaço a qual geralmente costumou-se atribuir àqueles pensadores de cariz leibnizianos (i.e., espaço relativo) e sua adoção a tese do espaço absoluto newtoniano.³ Isso,

2 *Von dem ersten Grunde des Unterschiedes der Gegenden im Raume* – Ak II, 375-83 (também faremos uso das iniciais DE para nos referirmos ao *Opúsculo de 1768*). As citações dos textos de Kant remetem à edição da Akademie-Ausgabe e se efetuam segundo o que é norma em trabalhos especializados, exceções feitas no caso das citações da *Crítica da Razão Pura*; nessas utilizaremos as iniciais KrV, seguindo a edição – primeira edição de 1781 (A) e segunda edição 1787 (B) – e página.

³ É quase lugar comum encontrarmos na literatura especializada a tese que acabamos de mencionar, i.e., acerca da marca distintiva do *Opúsculo de 1768*, em vista aos outros textos que precederam este último, sobremaneira, com respeito à natureza absoluta ou relativa do espaço. Isso não é de todo equivocado, contudo tal tese é, no mínimo, incompleta e carece ser tematizada devidamente. Aqui não seria o momento de investigar tal assunto com o devido rigor que ele mereceria; contudo façamos uma nota elucidativa, que passamos a descrever. Em uma leitura despretentiosa de certos textos juvenis de Kant encontramos o filósofo defendendo a clara bandeira de espaço relativo (ou seja: se trata do espaço, *grosso modo*, o resultado das coisas espaciais que o ocupam, portanto o espaço é posterior às coisas espaciais). Nesse sentido, teríamos algo que lembraria vagamente aquilo dito por Leibniz sobre a natureza do espaço. Entretanto, como dissemos acima, isso deve ser levado em consideração *cum grano salis*. Saindo agora da superficialidade e partindo a um plano hermenêutico mais refinado das passagens centrais de Kant acerca do tema do espaço nesses textos, ver-se-á que, na realidade, nesses mencionados trechos o filósofo de Königsberg está pressupondo certas coisas que Leibniz nunca pressupôs e, mais importante do que isso ainda, se acaso pressupusesse seu sistema filosófico estaria simplesmente condenado ao fracasso. Para darmos apenas um exemplo aqui, leve em conta que Kant aceita a tese de que as substâncias interagem entre elas (cf. especialmente o § 9 de seus *Pensamentos* – Ak I, 23). Se isso ocorresse, então uma das mais fortes teses de Leibniz, a saber, aquela com respeito à autonomia ontológica das mônadas estaria simplesmente anulada. Ora, tal estado de coisas se sucede a Kant não por acaso senão que, como sabemos, no contexto de sua filosofia juvenil, outros tantos nomes estavam discutindo sobre assuntos que se encontravam na ordem do dia no cenário científico-filosófico. Dentre os calorosos debates, aquele em torno às Mônadas acabou sendo, sem dúvidas, um dos mais célebres. Para que se tenha conhecimento de alguns nomes que se propuseram investigar o

conforme nós veremos mais detidamente nas páginas que se seguirão, significou um importante passo rumo a sua filosofia crítica. Além disso, outro dado a ser notado ainda nesta introdução seria o de que esse ensaio de Kant foi o único texto publicado⁴ no período que se sucedeu entre os anos de 1766, quando foi publicado seus *Sonhos de um Visionário elucidados pelos sonhos da metafísica*⁵, e 1770, quando foi publicada a célebre *Dissertação de 1770*.⁶

1ª PARTE: O OPÚSCULO DE 1768

AS QUATRO PARTES DO OPÚSCULO DE 1768

Como já adiantamos, são quatro os momentos do texto de Kant. Assim sendo, no intento de expormos a argumentação do filósofo, efetuiremos aqui esses quatro movimentos: (i) primeiramente, trataremos da colocação do problema em DE;⁷ (ii) dando prosseguimento, trataremos de alguns exemplos do filósofo com

assunto, retenham por ora estes: (i) Maupertuis (o presidente da academia de ciências de Berlim no período em que o então jovem Kant começava sua carreira intelectual); (ii) Boscovich (um importante nome no campo da dinâmica); (iii) Euler (o físico suíço que Kant viria a mencionar por diversas vezes em seus ensaios). Com efeito, muitos aspectos dessa célebre trama poderiam ser explorados, todavia isso nos levaria muito longe e perderíamos nosso fio condutor. O intuito desta larga nota foi o de apontar para o fato de que não se pode simplesmente passar por alto a importância exercida pelos contemporâneos de Kant no período de sua formação acadêmica. Ademais, atentarmos para o fato de que não houve simplesmente um abismo na filosofia que se deu entre Leibniz e Kant, mas que diversos outros nomes – esquecidos ou negligenciados pela história – colaboraram decisivamente aos debates, bem como a edificação do projeto kantiano.

⁴ O *Opúsculo de 1768* foi publicado pela primeira vez no *Wochentliche Königsbergsche Frag- und Anzeigungsnachrichten* (números 6-8) em 1768.

⁵ *Träume eines Geistersehers, erläutert durch Träume der Metaphysik* (Ak II, 317-373 – 1766).

⁶ *De Mundi Sensibilis atque Intelligibilis Forma et Principiis* (Ak II, 387-419 – 1770). Como se sabe, o motivo pelo qual Kant escreve sua *Dissertação de 1770* é, na realidade, uma exigência acadêmica, para que o filósofo pudesse então concorrer a uma vaga ao posto de professor titular de lógica e metafísica.

⁷ Com esse ponto nos ocuparemos nos itens: 3, 3.1, 3.1.1e 3.1.2.

respeito aos objetos que reconhecemos através de sua orientação espacial;⁸ (iii) na terceira parte, em que se encontra o cerne do *Opúsculo de 1768*, apresentaremos o argumento kantiano da contrapartida incongruente, i.e., o contra-argumento de Kant a Leibniz e o fenômeno da congruência;⁹ (iv) finalmente, fechando essa primeira parte do artigo, trataremos da conclusão que chega Kant em 1768.¹⁰

3. O PROBLEMA

Em sua forma mais elementar, o problema que Kant teve a sua frente em 1768 foi o da anterioridade do espaço com respeito aos objetos espaciais. Em outras palavras, ele pretendeu responder a seguinte questão: seria o espaço algo anterior às coisas espaciais ou não? Visto que em DE o filósofo defenderia a tese newtoniana do espaço absoluto, suas ambições seriam, portanto, estas:

- (i) refutar Leibniz e sua concepção de espaço relacional; e
- (ii) provar a realidade do espaço absoluto.

3.1. As críticas iniciais de Kant a Leibniz

Sabemos que *Sobre o primeiro fundamento da distinção de direções no espaço* é um escrito de Kant que visa refutar Leibniz e sua concepção espacial. E isso é enfatizado pelo nosso autor por várias vezes durante todo seu texto. Para que se tenha conhecimento, a primeira crítica ao filósofo de Leipzig aparece já na frase inicial do texto, quando, e antes mesmo de estabelecer o problema que pretende trabalhar, Kant faz a primeira menção a Leibniz e a alguns de seus feitos. Nesse exame preliminar, ele concede um

⁸ Com esse ponto nos ocuparemos no item 3.2.

⁹ Com esse ponto nos ocuparemos no item 3.3.

¹⁰ Com esse ponto nos ocuparemos no item 3.4.

certo crédito a determinadas teses leibnizianas, que enriqueceram em certo sentido o campo das ciências. Sem embargo, ele diz também que esse mesmo célebre filósofo tinha outros projetos que, ao final das contas, o mundo das ciências infelizmente esperou dele em vão.¹¹ Ainda em suas primeiras apreciações, o filósofo de Königsberg propõe, a título de hipótese, uma certa relação existente entre seu opositor e os químicos de sua época (entre esses últimos, Boerhaave¹² assume um lugar de destaque na menção de Kant). Tal comparação é feita com o intuito de dizer basicamente o seguinte: tanto Leibniz quanto os químicos de sua época se propuseram fornecer soluções para projetos muito mais ousados do que aqueles que seriam passíveis de realização.¹³

Levando em conta o anterior, se aceitamos que Kant esteja realmente comparando os feitos de Leibniz com os feitos dos químicos daquela época, então o resultado disso, a nosso ver, é uma crítica severa de Kant ao seu oponente. Isso porque, se tivermos presente o estatuto científico que a química possuía por aqueles tempos, lembraremos então de que ela não se apresentava com o mesmo prestígio de outras disciplinas consideradas ciências *stric-*

¹¹ “O célebre Leibniz teve conhecimentos muito efetivos com os quais enriqueceu as ciências, mas tinha ainda projetos muito maiores, cuja execução o mundo esperou dele em vão.” (Ak II, 377). Apenas adiantando algo que voltaremos a tematizar em seguida, o projeto em vão ao qual Kant menciona nesse momento é a disciplina leibniziana: *Analysis Situs*.

¹² Herman Boerhaave (1668-1738), além de médico, botânico e estudioso de filosofia, se ocupou bastante com o estudo da química. Sua obra de maior destaque e, pelo que parece, aquela a que Kant está se referindo em 1768 é a *Elementa chimiae*, de 1724. O mesmo Boerhaave é mencionado em outras oportunidades por Kant, como, por exemplo, nos *Sonhos de um Visionário*. Cf. Ak II, 330; Ak II, 331.

¹³ “ou se com ele [isto é, Leibniz] ocorreu o que Boerhaave conjectura sobre os grandes químicos, que frequentemente alegavam poder obter produtos como se estivessem na posse dos mesmos, quando, na verdade, estavam apenas persuadidos e confiantes em sua habilidade técnica para produzi-los, e cuja execução não poderia falhar, caso quisessem empreendê-las.” (Ak II, 377). Grifos nossos.

to *sensu*, a saber, física e matemática.¹⁴ Para além disso, a mesma não seria sequer uma ciência legítima para Kant, levando em consideração o conceito de ciência em voga na época¹⁵, qual seja: a ciência é conhecimento universal e necessário. Nesse sentido, visto que conhecimento científico, por definição, não pode jamais estar submetido às contingências da realidade empírica e que a química estaria ocupada justamente com os princípios de ordem empírica, então seria simplesmente uma contradição de termos imputarem o status de ciência a uma disciplina cuja tem por princípios aqueles empíricos, porquanto os mesmos não são nem universais, nem muito menos necessários.¹⁶

¹⁴ Talvez seja o caso de retomar aqui algo sumamente sabido, mas que não obstante é fundamental e nunca deve ser passado por alto, a saber, ciência era para Kant sinônimo de mecânica newtoniana e de geometria euclidiana.

¹⁵ Conceito cuja origem, como se sabe bem, remete à antiguidade clássica; tendo sido proferido, entre outros, por Aristóteles. Para mencionarmos uma célebre passagem, tenha-se presente a seguinte passagem do estagirita em sua *Ética a Nicômaco*: “a ciência é o conhecimento do universal e do necessário” (*Ética a Nicômaco*, VI, 1).

¹⁶ Kant, passados quase 20 anos do *Opúsculo de 1768*, ou seja, depois da publicação de primeira edição da *Crítica da Razão Pura* (1781) e dos *Prolegômenos* (1783), publicaria seus *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (*Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaft* – Ak IV, 467-565); muito embora tal projeto fora uma antiga ambição de Kant e suas origens datem a década de 1760, basta verificar a *Carta de Kant a Lambert de 31 de Dezembro de 1765* (Ak X, 54-57), nela essa intenção é bem clara; apesar disso, o fato é que esse texto foi redigido somente em 1785 e publicado em 1786. O que importa dizer aqui é que no “Prefácio” da obra de 1786, nosso filósofo distingue entre dois tipos de ciência: (i) uma ciência genuína – que seria aquela que parte de princípios totalmente *a priori* – de (ii) uma ciência imprópria – que seria aquela que está de acordo com as leis de experiência. Ademais, sobre o estatuto da química, encontramos uma passagem taxativa sobre sua impossibilidade enquanto disciplina científica. Nela lemos: “Por conseguinte, enquanto as ações químicas das matérias entre si não se encontrar algum conceito que construir se possa, isto é, enquanto não se fornece uma lei da aproximação ou do afastamento das partes segundo a qual, por exemplo, em proporção das suas densidades e coisas semelhantes, os seus movimentos, juntamente com suas consequências, se possam tornar intuitivas e representar *a priori* no espaço (exigência que dificilmente alguma vez se realizará), a química só poderá tornar-se uma arte sistemática, ou uma teoria experimental, mas jamais uma ciência genuína, porque os seus princípios são puramente empíricos e não permitem nenhuma exibição *a priori* na intuição; por consequência, não tornam minimamente inteligíveis os princípios dos fenômenos químicos segundo a sua possibilidade, porque são incapazes da aplicação da matemática” (Ak IV, 470-71). Grifo nosso. Decerto que a passagem que acabamos de

Após o exame preliminar e comparação inicial, Kant efetua uma nova, e mais pontual, crítica a Leibniz. Trata-se agora de uma crítica a uma disciplina matemática intitulada *Analysis situs*. Nela, a concepção espacial de Leibniz entra em cheio.¹⁷

A *Analysis situs* foi, em sua essência, uma original proposta de Leibniz a uma geometria sobre a base de inovadoras pressuposições; fugindo, portanto, daqueles moldes clássicos, que se tinham acerca dessa disciplina na época (como por exemplo, a geometria euclidiana ou cartesiana). Leibniz pretendia mais especificamente com sua *Analysis Situs* investigar os elementos da situação (daí o porquê do nome dessa disciplina), sendo esses, para o filósofo, as considerações mais básicas e primeiras a serem analisadas.¹⁸ Um

aludir careceria de inúmeros esclarecimentos, tanto em relação ao conteúdo próprio do texto citado quanto acerca da evolução interna que se sucedeu no período entre 1768 e 1786 no pensamento kantiano. Não faremos isso aqui. O objetivo da citação foi o de, tão só, ilustrar com uma passagem do próprio Kant – ainda que anos depois e do amadurecimento substancial de sua doutrina contida no escrito de 1768 – que a química não pode ser considerada uma ciência *stricto sensu*.

¹⁷ Está contido, nos escritos matemáticos de Leibniz, um texto seu sobre a *Analysis Situs* cujo título é justamente, “*De Analysi situs*”. Cf. o volume 5 de *Die mathematisches Schriften von G.W. Leibniz*, editados por K. I. Gerhard em 1858. Faremos algumas menções ao mesmo no decorrer de nosso texto.

¹⁸ Alguns trechos do texto leibniziano *De Analysi situs* parecem bastante elucidativos a respeito disso. No primeiro parágrafo do mesmo se lê: “A análise matemática comumente praticada é a da *grandeza*, não a da *situação*; e mais, pertence direta e imediatamente à aritmética, aplica-se à geometria, porém, por um certo rodeio. Daí ocorre que muitas coisas que o cálculo algébrico bem penosamente mostra sejam com facilidade patentes a partir da consideração da situação. Reduzir problemas geométricos à álgebra, isto é, reduzir problemas que são determinados pelas figuras às equações, é coisa não raro bastante prolixa e, por seu turno, é preciso outra prolixidade e dificuldade para retornar da equação à construção, da álgebra à geometria; e por esta via não se produzem com freqüência construções inteiramente aptas, a não ser que por sorte incidamos em certas suposições ou assunções não previstas. O próprio Descartes confessou-o tacitamente quando, no livro 3 de sua Geometria, resolveu um problema de Pappus. Decerto a álgebra, quer numérica, quer especiosa, soma, subtrai, multiplica, divide, extrai raízes, o que de todo modo é aritmético; pois a logística, ou seja, a ciência da grandeza ou da proporção em geral, não trata de outra coisa senão do número geral ou indeterminado e das formas de operar nele, porquanto a *grandeza* de determinadas partes é deveras estimada pela multiplicidade, a qual varia, porém a coisa permanecendo, conforme uma ou outra medida ou unidade é assumida. Daí não ser espantoso que a ciência da

“sítio” não se trata de outra coisa que um ponto, na medida em que o mesmo se relaciona com outro. Ademais, esse sítio é definido através da distância determinada a um outro por intermédio do fenômeno da congruência¹⁹. E isso ocorre pelo fato de que, de acordo com o referido fenômeno, todos os pontos são passíveis de sobreposição. Por fim, os pontos analisáveis possuem duas características principais, a saber:

- (i) são desprovidos de grandeza; e
- (ii) coincidem entre si.

Apesar disso, o projeto da *Analysis situs* de Leibniz é visto aos olhos de Kant como algo quimérico. Entre outras considerações, ele pensa isso pelo fato de que essa mesma disciplina não foi levada a cabo de modo consistente o bastante por parte de Leibniz.²⁰

grandeza em geral seja um tipo de aritmética, visto que se ocupe de um número incerto.” (LEIBNIZ, G. *De Analysi situs*. Trad. Homero Santiago. In: *Cadernos de filosofia alemã*, São Paulo, v. 5, p.64-75, 1999. P. 65).

¹⁹ Uma definição possível da congruência seria: se diz que dois corpos – enquanto esses sejam iguais entre si – são congruentes quando eles podem ser sobrepostos. Com respeito à congruência, diria Leibniz: “A figura em geral contém, além da quantidade, qualidade ou forma; do mesmo modo, são iguais as coisas cuja grandeza é a mesma, assim como *semelhantes* aquelas cuja forma é a mesma. E a consideração das semelhanças ou das formas é de longe mais patente que a matemática, e é tomada à metafísica, mas, por outro lado, tem múltiplo uso também na matemática e é útil no próprio cálculo algébrico; mas a semelhança de tudo é observada ao máximo nas situações ou figuras da geometria. Assim, a análise verdadeiramente geométrica não apenas observa igualdades e proporcionalidades, que deveras se reduzem a igualdades, mas também semelhanças, e *a partir da igualdade e semelhança juntas deve empregar congruências inatas*.” (LEIBNIZ, G. *De Analysi situs*. Trad. Homero Santiago. In: *Cadernos de filosofia alemã*, São Paulo, v. 5, p.64-75, 1999. P. 67). Grifo nosso. Kant em 1768 pretendia, justamente, seguir em sentido contrário a Leibniz e o fenômeno da congruência, apresentando seu contra-argumento, a saber, o da contrapartida incongruente. Também voltaremos a esse ponto durante nosso texto.

²⁰ “Pelo menos, *parece que* uma certa disciplina matemática que ele [Leibniz] antecipadamente intitulou de *analysis situs*, e de que Buffon*, entre outros, lamentava a perda, enquanto examinava cuidadosamente as naturais irregularidades do germe, *nunca foi nada além de uma quimera*.” (Ak II, 377). Os grifos são nossos.

* Buffon (1707-1788) foi um importante naturalista francês. A citação de Buffon por Kant se refere à tentativa de uso da *Analysis situs* por parte de Buffon em seus estudos sobre ge-

3.1.1. O objetivo do *Opúsculo de 1768*

Se um dos objetivos pretendidos por Kant em seu *Opúsculo de 1768* é provar a realidade do espaço absoluto (o outro é refutar Leibniz), qual seria então o primeiro passo a ser efetuado para cumprir com tal demanda?²⁰ Ora o filósofo acredita que seria necessário principiar mostrando que a direção que é apontada no espaço,²¹ na realidade, não aponta propriamente a um lugar do espaço, mas aponta, numa primeira instância, ao espaço mesmo. Inclusive as posições das partes do espaço, em suas relações – e aqui ter-se-ia uma outra crítica de Kant contra Leibniz –, pressupõem apontar para uma direção no próprio espaço para onde estão ordenadas. Uma direção não consiste na relação entre as coisas mesmas²², senão como que algo fora delas, e este algo não é outra coisa que o espaço. Segundo Kant, o apontar uma direção já se apresenta um bom indício para a possibilidade de se haver um espaço anterior às coisas mesmas. Assim, o espaço adquire um caráter unitário e as suas extensões – como, por exemplo, as diferentes direções e ordenações dos objetos espaciais em geral – são partes dele (espaço absoluto).²³ Será precisamente esse o fio condutor do filósofo Königsberg para sua argumentação em 1768.

nética. No entanto, como a disciplina matemática de Leibniz não rendeu grandes frutos naquele período, o naturalista não pôde utilizá-la conseqüentemente em seu trabalho.

²¹ O termo utilizado no original alemão é *Gegend*. Costuma-se traduzir esse mesmo termo ao português tanto por *direção* quanto por *região*. Contudo, é preferível, como sugere Rogério Passos Severo em sua tradução para o português, traduzir *Gegend* por *direção*, pelo fato de que, quando Kant apresenta seus exemplos no *Opúsculo de 1768* – que veremos no próximo item –, fica mais claro e de melhor compreensão dizer que os objetos apontam a certas *direções* do espaço e não, como em uma outra tradução possível, a certas *regiões* do espaço.

²² Kant insinua que Leibniz confunde os termos posição com direção.

²³ “procuro aqui filosoficamente o primeiro fundamento da possibilidade daquilo cujas grandezas ele [isto é, Leibniz] tencionara determinar matematicamente. Pois *as posições das partes do espaço nas suas relações recíprocas pressupõem a direção para a qual estão ordenadas em tal relação, e, num entendimento mais abstrato, a direção não consiste na relação de uma coisa no espaço com outra – o que é propriamente o conceito de*

Diante tais considerações, encontramos por fim que o objetivo almejado pelo filósofo. Trata-se de:

investigar se nos juízos intuitivos de extensão, como os que a geometria contém, não se encontraria uma prova evidente de que o espaço absoluto, independentemente da existência de toda matéria e inclusive como o primeiro fundamento da possibilidade de sua composição, tenha uma realidade própria.²⁴

3.1.2. O método proposto por Kant a fim de realizar seu projeto

Retenha-se uma última consideração de particular importância nessa primeira parte do *Opúsculo de 1768*: trata-se dessa vez da referência por parte de nosso filósofo as outras tentativas, para além da de Leibniz, que se propuseram a dissertar sobre o espaço. Nelas, são ressaltados os esforços de certos filósofos e dos cientistas naturais da época, fazendo destacar nesses tanto os intentos metafísicos quanto àqueles por intermédio da experiência para uma prova da existência do espaço absoluto. Diferentemente de todos, Kant não pretende, em sua argumentação, seguir nem as aspirações metafísicas nem as da experiência. Isso porque, na avaliação de nosso filósofo, nenhuma dessas tentativas atingiu grandes feitos. Apesar disso, nas ditas “tentativas fracassadas”, Kant resalta um personagem de destaque em sua época; quem, ademais, exerceu influência direta em seu pensamento e em especial no que diz

posição – mas na relação do sistema dessas posições com o espaço universal e absoluto. Em tudo que seja extenso, a posição de suas partes umas em relação às outras pode ser conhecida suficientemente pela consideração da própria coisa extensa; mas a direção para a qual essa ordenação das partes está ordenada refere-se ao espaço fora dela, e na verdade não os seus lugares, pois isso nada mais seria do que a posição das partes mesmas em uma relação externa mas sim ao espaço universal como uma unidade, do qual cada extensão tem de ser vista como uma parte.” (Ak II, 377-78). Grifo nosso.

²⁴ Ak II, 378.

respeito ao tema do espaço e do tempo. Trata-se do cientista suíço Leonard Euler (1707-1783). No *Opúsculo de 1768* há uma menção explícita a uma das mais importantes obras de Euler, as *Reflexões sobre o espaço e o tempo* (publicada na História da Academia Real de Ciências de Berlim, no ano 1748).²⁵

Embora Kant não negue que existam importantes apreciações no trabalho do cientista com a respeito de espaço e tempo, o físico suíço não foi capaz, como acredita Kant, de oferecer uma explicação *in concreto* do espaço absoluto.²⁶ Com efeito, Euler, em 1748, não havia efetuado tal explicação, o que Kant bem nota. Não obstante, o mesmo cientista, em 1765 – portanto, antecipadamente ao nosso filósofo em 1768 –, diria que nem o espaço nem o tempo poderiam ser derivados da experiência. Conforme veremos em seguida, Kant diria o mesmo em 1768.²⁷

²⁵ Em 1749 Kant manda uma carta a Euler pedindo ao cientista um parecer sobre seu texto *Pensamentos sobre a verdadeira estimativa das forças vivas*. Cf. a *Carta a Euler de 23 de Agosto de 1749* (esta carta não se encontra na edição da Academia de Berlim). Também no *Ensaio para introduzir a noção de grandezas negativas* (*Versuch den Begriff der negativen Grössen in die Weltweisheit einzuführen* – Ak II, 167-204), Kant havia mencionado a mesma obra de L. Euler. E, finalmente, anos mais tarde, volta a citá-lo na *Dissertação de 1770*.

²⁶ “Todo mundo sabe como foram inúteis os esforços dos filósofos no sentido de colocar de vez este ponto fora de qualquer disputa mediante os juízos mais abstratos da metafísica, e não conheço nenhuma tentativa de realizar isso como que a posteriori (a saber, mediante outras proposições irrefutáveis, que na verdade se encontram elas mesmas fora do domínio da metafísica, mas podem fornecer, por seu emprego in concreto, uma pedra de toque de sua correção), a não ser a dissertação do célebre Euler, o velho, [publicada] na História da Academia Real de Ciências de Berlim, de 1748, que, contudo, não alcançou completamente seu fim, pois apenas mostra as dificuldades de se dar um significado determinado às leis mais gerais do movimento, se não se aceita nenhum outro conceito de espaço a não ser aquele que resulta da abstração da relação entre coisas existentes, deixando intactas, contudo, as não menores dificuldades que permanecem quando da aplicação das leis em questão, se se quer representá-las *in concreto* segundo o conceito de espaço absoluto.” (Ak II, 378). Grifo do autor.

²⁷ A crítica de Kant a Euler é uma crítica ao escrito de 1748, obra na qual o físico, de fato, ainda não havia proposto sua prova da realidade do espaço. Essa demonstração ocorreu, conforme o testemunho de Jammer: “A demonstração euleriana da realidade do espaço absoluto, *com base na lei da inércia*, finalmente apareceu em sua *Teoria do*

Enquanto, por um lado, Euler havia tentado uma demonstração do espaço absoluto a partir das leis de movimento, por outro, Kant, no *Opúsculo de 1768*, pretendia empreender um tal feito não a partir da física, senão que a partir da geometria, levando em consideração, mormente, a distinção das direções no espaço.²⁸ Dessa maneira, sua proposta difere-se em boa medida daquela sugerida pelos mecanicistas²⁹ – e, de acordo com o texto de Kant em 1768, o exemplo claro desses é Euler –, que viam no movimento absoluto a pedra de toque para demonstrarem o espaço absoluto.

3.2. Exemplos de objetos que reconhecemos por intermédio da orientação espacial

Após colocar em cheque aquelas concepções sobre o espaço, outrossim, explicitar o que pretende em seu texto, Kant inicia suas considerações com o intuito de cumprir sua tarefa (provar a realidade do espaço absoluto). Para tanto ele parte aos seus exemplos, em que ele nos faz notar as diferentes direções espaciais dos objetos. Os exemplos fornecidos são dos mais diversos tipos e vão desde o nosso conhecimento geográfico e suas coordenadas, até mesmo exemplos botânicos sobre a diferença entre as espécies e as carac-

movimento dos corpos sólidos ou rígidos (em 1765)” (JAMMER, M. *Conceitos de espaço...*, 2010, p. 171). Os grifos são nossos.

²⁸ Sobre o assunto, veja o que escreve Cassirer a respeito: “*La geometría nos suministra, en efecto, determinadas relaciones dentro del espacio y el ejemplo de determinadas distinciones espaciales, que en modo alguno pueden consebirse y esclarecerse como simples distinciones en cuanto la mutua situación de las partes de un cuerpo. Puede ocurrir que dos figuras sean perfectamente iguales entre sí, que sean, por tanto, idénticas en cuanto la ordenación de sus respectivas partes, sin llegar por ello a coincidir totalmente y sin representar, por tanto, lo mismo, consideradas como ‘espacios’.*” (CASSIRER, E. *El problema del conocimiento...*, v. II, 1957, p. 575). Grifo nosso. Tais considerações serão bastante caras quando tratarmos do fenômeno da incongruência.

²⁹ “A prova que aqui procuro deve fornecer *não aos mecânicos*, como o senhor Euler tinha em vista, *mas aos próprios geômetras* uma razão convincente para que possam afirmar, com sua evidência habitual, a realidade do seu espaço absoluto.” (Ak II, 378). Os grifos são nossos.

terísticas corpóreas que dizem respeito à direção. Todos eles têm basicamente um intuito, a saber, o de ilustrar a importância assumida pela noção de direção corpórea enquanto algo que não se dá com relação à posição, mas, inicialmente, com relação ao espaço absoluto.³⁰

O ponto de partida para que sejamos capazes de conhecer as diferentes direções do espaço, inclusive com respeito às três dimensões do espaço corpóreo, segundo Kant acredita, é o nosso próprio corpo. A fim de esclarecermos a importância que assume nosso corpo enquanto marco de referência para indicar uma direção no espaço, retenham o seguinte exemplo: se algo está voltado a uma direção – por exemplo, para esquerda –, esta mesma coisa está em relação com algum ponto de referência que está voltado a essa direção (no caso mencionado, à esquerda). No entanto, se estamos situados no espaço, então precisamos saber em primeiro lugar onde fica o lado esquerdo; a partir daí, percebe-se que na realidade nós não nos encontramos em acesso a este mundo de maneira externa, porque também nós estamos situados no espaço. Deste modo, concluímos que somos nós mesmos o marco de referência para indicar uma direção no espaço³¹.

³⁰ Aqui não mencionaremos todos os exemplos, senão apenas alguns deles, uma vez que mais importante do que esses é a tese de Kant, sustentada por seus argumentos relativos ao problema que ele se depara em 1768.

³¹ “No espaço corpóreo, por causa de suas três dimensões, deixam-se pensar três planos, que se entrecortam todos em ângulos retos. Uma vez que conhecer, por meio dos sentidos, tudo o que está fora de nós somente na medida em que se encontre em relação conosco, *não é de estranhar que para gerar o primeiro fundamento do conceito de direções no espaço, partamos da relação desses planos de inserção com nosso corpo*. O plano perpendicular ao comprimento de nosso corpo chama-se, em relação a nós, horizontal; e esse plano horizontal dá ensejo à distinção das direções que designamos por acima e abaixo. Sobre esse plano podem estar dois outros, perpendiculares e cruzando-se igualmente em ângulos retos, de modo que o comprimento do corpo humano é pensado na linha de interseção. Um desses planos verticais divide o corpo em duas metades exteriormente similares e dá o fundamento da distinção entre o lado *direito* e o *esquerdo*; o outro, que lhe é perpendicular, faz com que possamos ter o conceito de lado, de *frente* e de *trás*.” (Ak II, 378-79). Grifo nosso.

Agora, se se retomar aquele conceito de espaço leibniziano – em que o espaço não seria outra coisa que um sistema de relações dos lugares –, então não seria possível considerar que a direção apontada por um corpo também se trata de uma característica espacial. Um dos equívocos mais graves que Kant faz notar em sua leitura da posição defendida pelos leibnizianos foi, notadamente, a de que eles não levaram devidamente em conta a noção de direção espacial. Se fosse o caso de Leibniz e seus defensores estarem corretos, então não seríamos capazes de efetuar ações corriqueiras como, por exemplo, utilizar uma bússola ou até mesmo sabermos nos orientar em uma folha escrita, no sentido de lê-la de maneira a seguir a ordem correta.³²

3.3. O argumento da contrapartida incongruente³³

O argumento kantiano das contrapartidas incongruentes parte da seguinte premissa: o fundamento da determinação corpó-

³² “Em uma folha escrita, por exemplo, distinguimos primeiro o lado de cima do de baixo da escrita, observamos a *distinção dos lados frente e verso*, e então vemos a *posição da letra da esquerda para a direita ou ao contrário*. Aqui, a *posição recíproca das partes ordenadas sobre a superfície é sempre a mesma e se constitui em uma figura inteiramente idêntica, podendo-se virar a folha como se quiser*; mas a *distinção das direções tem tanta importância nesta representação e está tão estreitamente ligada à impressão que o objeto visível produz, que a mesma escrita torna-se irreconhecível quando vista de tal modo que seja volvido da direita para a esquerda tudo o que antes tomava a direção contrária*.” (Ak II, 379). Grifo nosso.

³³ O argumento das contrapartidas incongruentes também pode ser encontrado em outros textos de Kant posteriores ao *opúsculo de 1768*, como, por exemplo: (i) no § 15 da *Dissertação de 1770* – Ak II, 402-406; (ii) no § 13 dos *Prolegômenos* – Ak IV, 286; e (iii) nos *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* – Ak IV, 484. Não obstante, em cada um desses três textos, Kant usa esse argumento de maneiras diferentes. A saber: 1º – em *DE* o filósofo usa o argumento das contrapartidas incongruentes para provar a realidade absoluta do espaço, como veremos agora; 2º – na *Dissertação de 1770*, para estabelecer o caráter intuitivo do espaço; 3º – nos *Prolegômenos* e nos *Primeiros Princípios Metafísicos*, ele é citado com o intuito de arguir sobre a idealidade transcendental do espaço.

rea não depende da relação das posições, senão que em primeira instância com relação existente com o espaço absoluto.³⁴

Se nos são dadas duas figuras iguais – de mesmo tamanho e desenhadas sobre um plano –, então poderíamos concluir, sem mais, que elas podem recobrir-se mutuamente. E lembremo-nos de que isso já havia sido dito por Leibniz.³⁵ Porém, se esse algo dado encontra-se fora de um plano, em virtude da extensão corpórea, daí então suas superfícies não se encontram mais num mesmo plano. E isso muda totalmente o caso. Ainda que as figuras dadas sejam iguais e similares, é possível que elas sejam diferentes entre si, pelo fato de que os limites de uma das duas pode não corresponder aos da outra.³⁶ Tenha-se presente, ademais, que as duas expressões mencionadas acima, i.e., “igual” (*gleich*) e “similar” (*ähnlich*) devem ser levadas em consideração em suas acepções técnicas nesse contexto. Enquanto “iguais” dizem respeito a figuras que possuem a mesma magnitude ou grandeza (como, por exemplo, duas figuras que possuem a mesma área); “similares” dizem respeito a figuras que possuem a mesma forma e a mesma estrutura do objeto (como, por exemplo, quando temos duas retas, dois quadrados, dois triângulos, etc).

Para Leibniz e sua *Analysis situs*, igualdade e similaridade implicariam na congruência entre os objetos espaciais. O que Kant quer dizer aqui não é outra coisa senão que os corpos são iguais e

³⁴ “Queremos, portanto, provar que o fundamento de determinação completo de uma forma corpórea não depende meramente da relação e da posição de suas partes umas com as outras, mas, além disso, de uma relação com o espaço absoluto universal, como o que os geômetras pensam, ainda que, entretanto, não se possa perceber imediatamente esta relação, mas sim, contudo, aquelas diferenças entre os corpos que dependem única e exclusivamente deste fundamento.” (Ak II, 381). Grifo nosso.

³⁵ Cf. a nota 18 acima.

³⁶ “Se duas figuras, desenhadas sobre um plano, são iguais e similares entre si, então elas recobrem-se mutuamente. Todavia, com a extensão corpórea, e também com as linhas e superfícies que não se encontram em um plano, as coisas passam-se frequentemente de modo bem diverso. Elas podem ser completamente iguais e similares e, contudo, ser em si mesmas tão diferentes que os limites de uma não podem ser simultaneamente os limites da outra.” (Ak II, 381).

semelhantes e, mais ainda, são incongruentes. Precisamente esse é o ponto nerval da argumentação kantiana e, por conseguinte, a grande diferença que o filósofo nos faz atentar em seu *Opúsculo de 1768*. Ora, mesmo que isso, a princípio, pudesse soar um pouco estranho, outro dos exemplos fornecidos por Kant – aquele da rosca, do parafuso e da porca – quiçá possa colaborar para compreendermos o que ele pretendia realmente. Nele lemos o seguinte:

Um parafuso cuja rosca procede da esquerda para direita nunca servirá a uma porca cuja rosca vai da direita para esquerda, mesmo que a espessura e o número de voltas do parafuso fossem iguais na mesma altura.³⁷

A partir dele, obtemos a definição da contrapartida incongruente, qual seja: a de um corpo perfeitamente idêntico a outro – seja do mesmo tamanho ou ainda – como no exemplo mencionado acima, com a mesma espessura e o mesmo número de voltas, mas que não pode ser incluído nos mesmos limites.³⁸ Como nesse caso, outro exemplo fornecido por Kant em *DE* são os próprios membros de nosso corpo. Levemos em consideração as nossas mãos: de fato, tanto a direita como a esquerda são iguais, porém, se nós puséssemos uma mão – a direita, por exemplo – numa superfície, então não seria possível que, no mesmo espaço ocupado pela mão direita, a mão esquerda o preenchesse. Seguindo esse mesmo raciocínio, vejamos um exemplo prático sobre isso: sabemos que uma luva que serve a mão esquerda não cabe na mão direita da mesma pessoa. Assim, temos que a contrapartida incongruente da mão direita é a mão esquerda, pelo fato de que ambas as mãos nunca poderão

³⁷ Ak II, 381.

³⁸ “Designo um corpo completamente igual e similar a outro, e que mesmo assim não pode ser incluído nos mesmos limites, de sua *contrapartida incongruente*.” (Ak II, 382). Grifo do autor.

ser incluídas numa mesma superfície. Poderíamos ainda pensar em outros tantos exemplos análogos a esse (como no caso de nossos pés). O que importa notar aqui é que a razão disso não se trata de outra coisa senão a diversa orientação espacial, tendo como fundamento dessas orientações espaciais justamente o espaço absoluto.³⁹

3.4. A conclusão de Kant no *Opúsculo de 1768*

Retomando seu argumento da incongruência, chegamos por fim a conclusão de Kant no *Opúsculo de 1768*.

Se se retomar aquilo que o nosso filósofo havia colocado como sendo problemático no início de seu texto, a saber, a compreensão de outros pensadores de seu tempo – e tenha-se presente com respeito a esses, sobremaneira, o que Kant diz sobre Leibniz –, i.e., de que, se fosse o espaço uma mera relação externa entre as coisas, então, com efeito, o espaço seria “aquele ocupado por uma dada coisa”.⁴⁰ Contudo, se o mesmo fosse meramente essa ordem de coexistência, então o fenômeno da incongruência não seria possível e, por conseguinte, o argumento kantiano não seria nem sequer necessário.

A apresentação do argumento da contrapartida incongruente é, portanto, uma refutação da tese de Leibniz cuja reza-va basicamente o seguinte: toda contrapartida é congruente. Além

³⁹ Sobre isso, vejamos novamente o que escreve Cassirer: “Conocido es el modo como Kant desarrolla este pensamiento a la luz del ejemplo de los ‘opostos incongruentes’. Así, la característica específica y peculiar que forma la diferencia entre la mano derecha y la izquierda no reside precisamente en ninguna cualidad de las manos mismas, ni en la relación entre sus diversas partes: para encontrarla, tenemos que proceder más bien a situar a los dos cuerpos en contraste con la totalidad del espacio, tal como hacen los geómetras.” (CASSIRER, E. *El problema del conocimiento...*, v. II, 1956, p. 575). Grifo nosso.

⁴⁰ “Ora, se aceitarmos a concepção de muitos filósofos recentes, principalmente os alemães, segundo o qual o espaço consistiria apenas nas relações externas das partes da matéria situadas umas ao lado das outras, então no caso mencionado todo espaço efetivo seria apenas aquele *que esta mão ocupa*.” (Ak II, 383).

disso, por intermédio da incongruência, obtivemos o seguinte resultado: similaridade não implica necessariamente em congruência. Se isso é correto, então se não levarmos em conta que os corpos são voltados a uma direção, não será possível distinguir as contrapartidas incongruentes. E é aí que verificamos a grande virada kantiana: ele conclui a realidade autônoma do espaço, advogando que as determinações do espaço não derivam das situações dos objetos, mas, pelo contrário, são estas que dependem daquelas; e que o espaço é absoluto, independentemente das relações que ocorrem nele, e ainda é necessário para o estabelecimento de tais relações. O espaço não é, dessa forma, um objeto da sensação externa, mas num conceito fundamental que torna todos os objetos (e neste caso dos objetos externos) possíveis. Dito em outros termos, ele é uma condição prévia aos objetos espaciais. Por consequência, tudo aquilo que percebemos na forma de um corpo está em relação com o espaço puro, através da comparação com outros corpos.⁴¹

Por fim, Kant faz uma última, mas não por isso menos importante, menção aos “leitores reflexivos”, os quais puderam compreender sua concepção de espaço, a saber, não como uma simples coisa do pensamento, isto é, através das ideias da razão – como, por exemplo, Leibniz pretendia –, mas que os mesmos tenham compreendido igualmente como os geômetras e os “filósofos sagazes”, os quais haviam aplicado tal conceito em suas teorias na ciência natural, pois a sua realidade se apreenderia através da intuição, por meio

⁴¹ “Disso fica claro que não são as determinações do espaço consequências das posições recíprocas das partes da matéria, mas estas é que são consequências daquelas, e que também na natureza dos corpos podem ser encontradas diferenças, e de fato verdadeiras diferenças, que dizem respeito unicamente ao *espaço absoluto e originário*, pois apenas por meio dele a relação com as coisas corpóreas é possível; e que, como o espaço absoluto não é um objeto da sensação externa, mas um conceito fundamental que os torna todos em primeiro lugar possíveis, nós podemos perceber aquilo que na forma de um corpo diz respeito unicamente em relação com o espaço puro somente pela comparação com os outros corpos” (Ak II, 383). Grifo nosso.

do sentido interno.⁴² Ora, estes últimos (os “filósofos sagazes”) não são outros senão Newton e seus epígonos. Eis aí outro endosso da frequentemente citada tese acerca da adoção de Kant, no *Opúsculo de 1768*, da posição newtoniana sobre a natureza do espaço.

2ª parte: contribuições do *Opúsculo de 1768* às origens da filosofia crítica

Tendo em vista agora tratar das contribuições do *Opúsculo de 1768* ao tema do espaço em Kant, vejamos de modo esquemático os resultados alcançados em nossa exposição na parte anterior:

1. Princípios o artigo apresentando o que Kant tinha por objetivo em 1768: encontrar uma prova evidente de que o espaço absoluto, independentemente de toda matéria e como o primeiro fundamento da possibilidade de sua composição, tenha uma realidade própria. Desse modo, se refutaria a concepção leibniziana de espaço relativo, como acreditava nosso filósofo. Nesse momento também apresentamos o método proposto por Kant para alcançar seu objetivo e sua diferença frente às outras tentativas que buscaram provar a realidade absoluta do espaço.

2. A partir disso, apresentamos os exemplos fornecidos por Kant dos objetos que reconhecemos em virtude de sua diversa orientação espacial. Fez-se isso com o intuito de enfatizar a importância assumida pela noção de direção (*Gegend*) do espaço. Assim sendo, a fundação de uma determinação corpórea não se daria por

⁴² “Por isso, um leitor reflexivo considerará o conceito de espaço – tal como o *geômetra pensa, e também certos filósofos sagazes* adotaram-no no sistema da ciência natural – não como uma simples quimera, ainda que não falem dificuldades envolvendo este conceito, se se quer aprender sua realidade, que é suficientemente intuída pelo sentido interno, por meio de ideias da razão. Mas esta dificuldade mostra-se por toda parte, se se quer ainda filosofar sobre os primeiros dados de nosso conhecimento, mas ela não é jamais tão decisiva como aquela que se apresenta quando as consequências de um conceito adotado contradizem a experiência mais evidente.” (Ak II, 383). Grifo nosso.

conta de sua relação de situação, mas, na realidade, que o único fundamento disso é a relação existente com o espaço absoluto.

3. Num terceiro momento, apresentamos o argumento da contrapartida incongruente, isto é, de um corpo idêntico ao outro, mas que não pode ser enquadrado nos mesmos limites. Os exemplos utilizados foram os membros de nosso corpo. Tal argumento refuta, aos olhos de Kant, a disciplina *Analysis situs*, de Leibniz.

4. Finalizando a primeira parte, chegamos à conclusão de Kant em *DE*: o espaço não é uma relação entre as coisas que o ocupam (i.e., a leitura que Kant faz da posição de Leibniz). Ademais, o espaço é absoluto e não é objeto de sensação externa, senão um conceito fundamental que torna os objetos externos possíveis.

Como dissemos outrora, o *Opúsculo de 1768* apresentou uma mudança significativa na doutrina de Kant, acima de tudo, se comparado com os outros textos do período pré-crítico que versaram sobre o espaço. Entretanto, ainda que tal guinada tenha sido um importante passo na evolução de seu pensamento rumo à *Crítica da Razão Pura*, ela não representaria a posição do filósofo em sua *opera magna*. Posto em outros termos: Kant não defenderia, em sua doutrina crítica, a mesma posição realista defendida no *Opúsculo de 1768*.⁴³ Desse modo, no intuito de explorarmos algumas das contribuições e os problemas contidos no texto de Kant, vejamos os pontos que seguem.

⁴³ Sabemos que outra mudança ocorreria na carreira de Kant e imediatamente após o *Opúsculo de 1768* em 1769 o filósofo teria tido sua “Grande luz”. Na extensamente citada “Grande luz de 1769”, contida na R 5037 (Ak, XVIII, 69), Kant muda, outra vez mais, sua posição com respeito ao espaço, passando de sua posição realista para sua posição idealista, ou seja, quando passa a aceitar que espaço e tempo são formas puras de nossa intuição sensível. Tal passagem foi de extrema importância às origens da filosofia crítica. Em nossa dissertação de mestrado procuramos tematizar tal mudança. Cf. AMARAL, L. A. D. *As origens da filosofia crítica: Um estudo sobre o tema do espaço nos anos de 1768 e 1769 e de sua importância para Kant*. Dissertação de mestrado. PUC-SP, 2013.

4. A refutação de Kant à noção de espaço relativo leibniziano

Em primeiro lugar, destaquemos a adesão à teoria espacial de Newton e a refutação à tese de Leibniz acerca da natureza relativa do espaço. Como já sabemos – e isso inclusive foi dito por repetidas vezes aqui –, a marca distintiva do texto de 1768 fora a ruptura de Kant com a concepção leibniziana de espaço relativo. Algo que nosso filósofo mantivera até então (i.e., até o ano de 1768), ainda que de modo vacilante.

Enquanto encontramos em vários dos escritos pré-críticos diversas críticas de Kant a Leibniz, ao falar do espaço nestes textos, nosso filósofo defendia uma posição de espaço enquanto relativo; ou seja, assumia um partido que se atribuía geralmente a seu oponente. Ora, ao que parece, o último aspecto a ser desvencilhado por Kant, com respeito a Leibniz, é justamente o espaço. E isso acabou acontecendo somente em 1768. Acreditamos que esse último afastamento por parte de nosso filósofo com relação a Leibniz é chave, por pelo menos um fator determinante: a partir dele encontra-se aberta a possibilidade para Kant, ao menos em um estágio embrionário, compreender a sensibilidade como uma fonte de conhecimento autônoma;⁴⁴ mesmo que, no *Opúsculo de 1768*, não exista ainda de modo explícito a relação de espaço com a sensibilidade, algo que seria fundamental a sua ulterior empresa crítica.

Relacionado com o anterior, lembremo-nos de que para Leibniz existe uma diferença de grau entre o conhecimento sen-

⁴⁴ Todavia, Kant, nos *Sonhos de um visionário*, de 1766, já havia traçado o esboço dessa distinção: sensibilidade e entendimento. Não obstante tal fato, em os *Sonhos de um visionário*, nosso filósofo ainda defende a tese de espaço relativo. Leia-se: “o geômetra representa o tempo através de uma linha, *apesar de espaço e tempo corresponderem apenas em relações*, estando, portanto, de acordo um com o outro segundo a analogia, mas nunca segundo a qualidade” (Ak II, 339). Grifo nosso.

sível e do intelectual, sendo que o conhecimento sensível seria sinônimo de conhecimento de grau “confuso”. Segundo Kant, um dos erros de Leibniz, com respeito à função que cumpre a sensibilidade, foi o da incapacidade de reconhecer nessa faculdade (i.e. a sensibilidade) um papel ativo na constituição do conhecimento. Notadamente, o conhecimento sensível foi de suma importância para a edificação do projeto de Kant, como testemunharia alguns anos depois tanto a *Dissertação de 1770* quanto a própria *Crítica da Razão Pura*. Tenha-se presente, ademais, que nessa última obra, caberia à sensibilidade – faculdade esta tratada por Kant na “Estética Transcendental”⁴⁵ – uma decisiva função dentro de sua teoria. Tal função seria a do papel assumido pela sensibilidade na manobra operada pelo filósofo na “inversão copernicana”. Nela, essa faculdade assumiria uma parte de extrema importância na fundamentação da resposta de Kant ao problema crítico. Se no ato de conhecermos o objeto fossemos meramente passivos nessa operação, não haveria maneira de explicar um saber *a priori*. Dessa maneira, o sujeito deve de alguma maneira ser ativo e colaborar na constituição desse tipo de conhecimento (i.e., conhecimento *a priori*).⁴⁶

⁴⁵ “Designo por *estética transcendental* uma ciência de todos os princípios da sensibilidade *a priori*.” (KrV, A 21 – B 35). E ainda: “Na estética transcendental, por conseguinte, isolaremos primeiramente a sensibilidade, abstraindo de tudo o que o entendimento pensa com os seus conceitos, para que apenas reste a intuição empírica. Em segundo lugar, apartaremos ainda desta intuição tudo o que pertence à sensação para restar somente a intuição pura e simples, forma dos fenômenos, que é a única que a sensibilidade *a priori* pode fornecer” (KrV, A 22 – B 36).

⁴⁶ A propósito da “inversão copernicana,” tema maior do “Prefácio à segunda edição” da *Crítica da Razão Pura*, leia-se: “Devia pensar que o exemplo da matemática e da física que, por efeito de uma revolução súbita, se converteram no que hoje são, seria suficientemente notável para nos levar a meditar na importância da alteração do método que lhes foi tão proveitosa e para, pelo menos neste ponto, tentar imitá-las [...] Até hoje admitia-se que o nosso conhecimento se devia regular pelos objetos; porém, todas as tentativas para descobrir *a priori*, mediante conceitos, algo que ampliasse o nosso conhecimento, malogravam-se com este pressuposto. Tentemos, pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento, o que assim já concorda melhor com o que desejamos, a saber, a possibilidade de um conhecimento *a priori* desses objetos, que se estabeleça algo

5. A geometria enquanto ciência do espaço

Vimos que repetidas vezes Kant menciona a geometria no *Opúsculo de 1768*.⁴⁷ Inclusive o seu argumento deveria garantir ao geômetra, justamente, o fundamento do espaço absoluto.⁴⁸ Essa disciplina – em conjunto com a lógica e a mecânica de Newton – é uma disciplina de cunho científico, no sentido estrito do conceito de ciência, para o filósofo.

Agora, uma vez que um dos objetivos de Kant no *Opúsculo de 1768* foi o de “investigar se nos juízos intuitivos de extensão, como os que a geometria contém, não se encontraria uma prova evidente de que o espaço absoluto [...] tenha uma realidade

sobre eles antes de nos serem dados. Trata-se aqui de uma semelhança com a primeira ideia de Copérnico; não podendo prosseguir na explicação dos movimentos celestes enquanto admitia que toda a multidão de estrelas se movia em torno do espectador; tentou se não daria melhor resultado fazer antes girar o espectador e deixar os astros imóveis. Ora, na metafísica, pode-se tentar o mesmo, no que diz respeito à intuição dos objetos. Se a intuição tivesse de se guiar pela natureza dos objetos, não vejo como deles se poderia conhecer algo *a priori*; se, pelo contrário, o objeto (enquanto objeto dos sentidos) se guiar pela natureza da nossa faculdade de intuição posso perfeitamente representar essa possibilidade.” (KrV, B XVI-XVII). Grifo nosso. Como já adiantamos a operação de Kant intitulada “inversão copernicana” consiste em que o sujeito conhece *a priori* tão só aquilo que ele mesmo produz, i.e, conhece *a priori* aquilo que de algum modo depende dele. Diz, além disso, que só conhecemos *a priori* aqueles objetos da experiência possível. Desse modo, se se conhece o desdobramento desse tema, sabe-se então que Kant assevera que nós possuímos tanto intuições puras, quanto certos conceitos puros; existindo, portanto, dois âmbitos a serem considerados, a saber, o da sensibilidade e o do entendimento. Uma parte importante da resposta a essa questão é dada na “Estética transcendental”, visto que nela o filósofo estabelece as bases sensíveis para nos dizer como é possível a síntese *a priori*. Ele faz isso estabelecendo inicialmente que possuímos duas formas puras – e, portanto, não sensíveis – que possibilitam que quaisquer objetos enquanto fenômenos nos sejam dados. São elas: o espaço e o tempo. Tudo aquilo que nós somos capazes de conhecer deve possuir características espaciais e/ou temporais. Certamente haveria aqui muito a dizer com respeito ao que meramente passamos de modo breve acerca da “inversão copernicana” de Kant, carecendo muitíssimas precisões, desde o papel da sensibilidade até o do entendimento e, por fim, o papel do sujeito ativo e não meramente passivo no ato de conhecer. No entanto, uma vez que nossa constatação é feita com o intuito tão só de marcar a importância assumida pela sensibilidade na teoria de Kant, não nos aprofundaremos mais aqui sobre esse assunto.

⁴⁷ Cf., por exemplo, as notas 23, 28 e 41 acima.

⁴⁸ Cf. a nota 28 acima.

própria”;⁴⁹ então seria possível fazer aqui, ao menos sob a forma de uma conjectura, a seguinte constatação: estaria Kant, em 1768, ao falar dos juízos que a geometria contém, dizendo algo similar ou, no mínimo, começando a esboçar aquilo que ele mesmo asseveraria anos mais tarde, por exemplo, na *Crítica da Razão Pura*⁵⁰ ou nos *Prolegômenos a toda metafísica futura*,⁵¹ com respeito aos juízos da matemática – e, nesse caso particular, o da geometria – serem sempre intuitivos, ou seja, que os mesmos carecem de uma intuição⁵² (e, no que se refere à geometria, da intuição pura do espaço)? Pela primeira vez, e no *Opúsculo de 1768*, Kant diz algo do tipo. Se acaso o anterior procede, então, de fato isso não é pouca coisa no marco de sua filosofia da matemática madura, mas ao contrário.

Com efeito, Kant eventualmente diria que o espaço (porquanto compreendido como uma intuição pura) é uma condição que “permite compreender a *possibilidade da geometria* como conhecimento sintético *a priori*”.⁵³ Portanto, se se tiver presente esse importante dado que acabamos de mencionar acerca do *Opúsculo de 1768* e relacioná-lo com certas teses contidas noutros dos textos pré-críticos que versaram sobre matemática – e um clássico exemplo

⁴⁹ Ak II, 378. Grifo nosso.

⁵⁰ Cf. a “Doutrina transcendental do método”, particularmente a primeira seção: “A DISCIPLINA DA RAZÃO NO USO DOGMÁTICO” (KrV, A 712-738 – B 740-766). Nela, Kant fala sobre a natureza do conhecimento matemático e do filosófico.

⁵¹ *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik, die als Wissenschaft wird auftreten können* (Ak IV, 253-383).

⁵² Já na primeira parte dos *Prolegômenos* – na questão: como é possível a matemática pura? –, Kant escreve no § 7: “Descobrimos, porém, que todo o conhecimento matemático tem essa peculiaridade: deve *primeiramente representar seu conceito na intuição e a priori*, portanto, numa intuição que não é empírica, mas pura; sem este meio, não pode dar um único passo; por conseguinte, os *seus juízos são sempre intuitivos* [...] Esta observação a respeito da natureza da matemática fornece-nos já uma indicação da primeira e suprema condição da sua possibilidade: a saber, *importa que ela tenha como fundamento uma intuição pura na qual ela possa representar todos seus conceitos in concreto e, no entanto, a priori, ou como se diz, construí-los*. (Ak IV, 281). Os grifos são nossos.

⁵³ KrV, A 25 – B 41.

desses seria o *Preisschrift*⁵⁴ –, é possível perceber algo notável que aparenta ser um novo avanço rumo à sua doutrina madura, particularmente com relação à sua filosofia da matemática. Todavia, diante dessa novidade de 1768, faltariam ainda a Kant algumas importantes noções que são marcas características de sua filosofia da matemática crítica; como, por exemplo, o próprio conceito de construção.⁵⁵

⁵⁴ *Untersuchungen über die Deutlichkeit der Grundsätze der natürlichen Theologie und der Moral* (Ak II, 273-301 – 1764). Nesse escrito, em que o filósofo faz um aporte sobre os métodos da matemática e da filosofia, Kant ainda se encontra bastante distante de sua filosofia da matemática madura. Retenham-se quatro pontos fundamentais com respeito a algumas diferenças entre a filosofia da matemática pré-crítica (tendo como texto referência desse período o *Preisschrift*) e crítica e acerca do método em Kant:

1º – em 1764, Kant ainda não tem clara a distinção entre as faculdades sensibilidade e entendimento, e seus decisivos papéis em sua doutrina.

2º – o conceito de construção (chave à filosofia da matemática no Kant crítico) ainda inexistia em 1764.

3º – Nesse momento de sua carreira intelectual, Kant ainda não havia se desvincilhado da forte influência da filosofia moderna (e alguns nomes representando esta seriam Descartes e Locke, por exemplo); sua investigação, e seja ela sobre a física, matemática ou metafísica, é ainda uma investigação na qual se busca saber quais são as regras e os métodos para se alcançar o mais alto grau de certeza de tais disciplinas (Cf., por exemplo, a questão proposta pela academia de ciências de Berlim em 1761 proposta por Sulzer, cujo *Preisschrift* é resposta a pergunta). Portanto, nessa época Kant não investiga ainda sobre as condições de possibilidade dessas ciências, como o faria em sua doutrina crítica.

4º – nesse contexto da década de 1760, Kant ainda não tem muito claros certos conceitos-chave de sua filosofia. Para darmos um exemplo: ele ainda faz uso dos conceitos sintético e *a posteriori*, de um lado, e analítico e *a priori*, de outro, enquanto sinônimos. Desse modo, o filósofo não daria conta de explicar, como explicaria posteriormente na *Crítica da Razão Pura*, que a matemática é uma disciplina que contém juízos que são sintéticos e também *a priori*.

⁵⁵ Como no caso do *Preisschrift* apontado acima, o conceito de construção ainda inexistia em 1768. Uma passagem que se tornou célebre de Kant sobre o conceito de construção, seria aquela encontrada em seu “Prefácio à segunda edição” da *Crítica da Razão Pura*. Lá ele escreveu: “Aquele que primeiro demonstrou o triângulo equilátero (fosse Tales ou como quer que se chamasse) teve uma iluminação; descobriu que não tinha que seguir um passo a passo o que via na figura, nem o simples conceito que dela possuía, para conhecer, de certa maneira, as suas propriedades; que antes *deveria produzi-la, ou construí-la*, mediante o que pensava e o *representava a priori* por conceitos e que para conhecer, com certeza, uma coisa *a priori* nada devia atribuir-lhe senão o que fosse consequência necessária do que nela tinha posto de acordo com o conceito.” (KrV, B XI-XII). Os grifos são nossos. É claro que nessa passagem Kant está pressupondo o que ele diria páginas à frente, no mesmo prefácio, acerca de sua mudança de método: a “in-

6. A gênese do conceito de intuição pura (*reine Anschauung*)

Um terceiro aspecto sobre o *Opúsculo de 1768* que merece ser aludido é o da prova que Kant nos fornece já no fim de seu escrito: para apontar uma direção, é pressuposto o espaço absoluto e, além disso, se quisermos apreender a realidade do mesmo, seria possível através de uma intuição e graças ao sentido interno.⁵⁶ Precisamente nessa última parte, a nosso ver, parece que Kant estaria abarcando ou adiantando, e outra vez aqui de um modo embrionário ainda, aquilo que ele compreenderia alguns anos mais tarde, na *Dissertação de 1770*, pelo caro conceito de intuição pura (*reine Anschauung*); ou seja, uma representação⁵⁷ imediata e singular – i.e., que não é nem mediada, nem adquirida, nem inata –, sendo ela (a intuição pura) uma condição sob a qual algo nos é dado, enquanto objeto de nosso sentido. Apesar disso, em 1768, Kant ainda não tem tão clara – ou, pelo menos a partir do que ele escreve isso não fica claro – a definição ou o papel assumido pelo conceito de intuição, algo que seria bem melhor tematizado na *Dissertação de 1770*.⁵⁸

versão copernicana”. Ora, em 1768, o filósofo tampouco havia formulado tal mudança, algo que só ocorreria alguns anos mais tarde, em 1772, sendo seu esboço dado numa *Reflexão*: a R 4473 (Cf. Ak XVII, 564-565).

⁵⁶ Cf. nota 41 acima.

⁵⁷ Em seguida trataremos do conceito de representação.

⁵⁸ No § 10 da *Dissertação de 1770*, em que Kant tematiza pela primeira vez esse conceito. Nele ele escreve: “pois toda a nossa intuição está adstrita a certo princípio de uma forma unicamente sob a qual algo pode ser visto [cerni] pela mente de modo imediato, isto é, como singular, e não apenas concebido discursivamente por conceitos gerais. Ora, esse princípio formal de nossa intuição (espaço e tempo) é condição sob a qual algo pode ser objeto de nossos sentidos e, por isso, como condição do conhecimento sensitivo, não é um meio para a intuição intelectual. [...] A intuição de nossa mente é sempre passiva; e por isso, apenas na medida em que algo pode afetar os nossos sentidos ela é possível.” (Ak II, 396-97).

6.1. Sentido interno (*inneren Sinn*) na década de 1760

Para se tratar do conceito de sentido interno (*inneren Sinn*) na filosofia de Kant de maneira completa, muitíssimas considerações deveriam ser feitas.⁵⁹ Isso porque não se trata de algo simples, seja em se tratando do mesmo no contexto de sua filosofia pré-crítica ou crítica, uma vez que o conceito de sentido interno não possui a mesma acepção em ambos os períodos. Nesta última fase, diga-se ainda que sua importância é nuclear.⁶⁰ Assim, tendo em vista que o conceito de “sentido interno” se encontra presente e assume uma importante função em ambos os períodos, aos nossos modestos fins, façamos uma breve consideração com respeito a esse conceito no período pré-crítico, em particular na década de 1760.

Nessa década, o conceito de “sentido interno” utilizado por Kant sofre bastante influência daquela noção homônima do filósofo inglês John Locke⁶¹ (1632-1704), bem como dos anti-wolffianos alemães de sua época.

⁵⁹ Este seria um tema digno, sem exageros, de um tratamento à parte.

⁶⁰ Não pretendemos aqui tratar desse conceito na filosofia madura de Kant, isso porque, além de desviarmos consideravelmente de nosso foco, teríamos que abordar assuntos que nem sequer mencionamos, como, por exemplo, de que o tempo é a forma do sentido interno, ou ainda, enquanto Kant diz que pelo sentido externo somos cientes dos objetos no espaço, pelo sentido interno somos conscientes de nossos próprios estados de consciência no tempo. Portanto, com respeito a esse conceito no contexto da filosofia madura de Kant, sugerimos a leitura de KEMP SMITH, N.: *A commentary...*, 2008, o tópico: “The Doctrine of Inner Sense”, p. 291-298. Veja também dois tópicos do livro de PATON, H. J.: *Kant's Metaphysic of Experience...*, 2004: (i) o § 4 do capítulo IV (Sense and sensibility), intitulado “Outer and Inner Sense” (p. 99-101), do volume I; e (ii) todo o capítulo LII (“Inner Sense and Self-Knowledge”) (p. 387-403).

⁶¹ Na década de 1760 o conceito de “sentido interno” esteve bem presente na doutrina de Kant em alguns importantes escritos. É no ensaio de 1762, intitulado *A falsa sutileza das quatro figuras silogísticas* (*Die falsche Spitzfindigkeit der vier syllogistischen Figuren erwiesen* – Ak II, 47-61 – 1762), que esse caro conceito aparece pela primeira vez (cf. principalmente o § 6). Nele, assim como nos outros textos – por exemplo, no *Preisschrift* (e no caso do *Preisschrift*, quando Kant menciona o auxílio à experiência interna, por exemplo, no § 2) – continua sendo um recurso ao sentido interno em sua acepção lockeana. A respeito

Inicialmente, deve-se notar aqui que um dos conceitos-chave da filosofia lockeana que particularmente nos interessa é a noção de *Idea*. A mesma corresponderia, no vocabulário alemão, ao termo representação (*Vorstellung*), e ambos, tomados em sua forma mais elementar, dizem respeito a um item mental qualquer. Outra coisa não menos importante aqui é o próprio conceito lockeano de “sentido interno” ou *reflexão*. Para Locke, é este que permite tornar as representações – ou, nos termos do filósofo, as ideias⁶² – objetos de reflexão do sujeito.⁶³

Tal estado de coisas não foi fruto de um mero acaso, senão que o livro *Ensaio sobre o entendimento humano* estava sendo amplamente lido por aqueles tempos na Alemanha. A influência do inglês foi tamanha que a mesma se tornou moeda corrente naquela época, estando presente inclusive entre os predecessores e os contemporâneos de Kant. Para citarmos alguns retenham-se os

disso veja o que escreve Torretti: “Es razonable, pues, conjeturar que Kant en estos escritos de la década del sesenta, elige la denominación ‘sentido interno’, ‘experiencia interna’, para nombrar a las diversas formas de conciencia inmediata y evidente em que sostiene debe fundarse la metafísica, porque ya sospecha, aunque todavía no las ha analizado y clasificado, que todas las conciencias de este tipo no son sino los diversos aspectos y supuestos de la conciencia de sí. *Por lo demás, este uso de las palabras no se aparta de la tradición: sabemos que para Locke el sentido interno no es la conciencia de estados, sino conciencia de las operaciones de la mente, y como tal un ingrediente esencial de estas operaciones mismas, que son mentales justamente porque se efectúan a sabiendas, porque se envuelven conciencia de sí*” (TORRETI, R. *Manuel Kant – Estudio...*, 1967, p. 118). Grifo nosso.

⁶² Chamemos atenção a algo que não pode passar por alto, a saber, o fato de que a *Idea* de Locke em nada se assemelha ao conceito platônico de ideia (i.e., o *eidós*). Cada um deles tem um uso bastante distinto.

⁶³ “Todo homem possui totalmente em si mesmo esta fonte de ideias e, ainda que ela não seja um sentido por nada ter que ver com objetos externos, assemelha-se muito, todavia, e pode com propriedade ser chamada *sentido interno*. Mas, como à outra fonte das ideias chamo sensação, a esta denomino REFLEXÃO, porque por seu intermédio a mente só recebe as ideias que adquire ao refletir sobre as próprias operações internas” (LOCKE, J. *Ensaio...*, livro II, 1, 4, 1999).

nomes de Rüdiger⁶⁴ (1673-1731), Baumgarten⁶⁵ (1714-1762) e Tetens⁶⁶ (1736-1807).

Diante disso, notemos que o modo que Kant faz uso desse conceito no *Opúsculo de 1768* difere um pouco da maneira utilizada nos demais textos da década de 1760. Como bem assinala R. Torretti, o filósofo de Königsberg fornece como que uma nova roupagem⁶⁷ a esta importante noção; usando-a de um modo bastante peculiar, ainda que Kant, posteriormente em sua doutrina, não esteja falando da mesma coisa com respeito da natureza do espaço como no *Opúsculo de 1768*, nem muito menos sobre o conceito de sentido interno em sua acepção crítica. Em 1768, por meio do sentido interno, obteríamos uma consciência imediata (ou seja, não mediata) do espaço,⁶⁸ possibilitando, assim, as primeiras apreciações do que

⁶⁴ Cf. sobre este assunto em Rüdiger: WUNDT, M. *Die Deutsche Schulphilosophie...* OLSMS, 1992. Especialmente p. 84-86.

⁶⁵ Certamente Kant leu a *Metafísica* de Baumgarten. Nela, no § 535, este filósofo define o conceito enquanto uma representação do estado de nossa alma.

⁶⁶ Sobre a influência da psicologia de Tetens no pensamento de Kant, particularmente no momento de virada da doutrina de Kant, veja o livro de Herman J. De Vleeschauwer: *La evolución del Pensamiento kantiano...*, 1962. Principalmente o § 4 do capítulo II (“La constitución de la síntesis crítica”) intitulado “La psicología de Tetens y su acción sobre el criticismo” (p. 86-92).

⁶⁷ Sobre as diferentes maneiras como Kant se utiliza do conceito de “sentido interno” em sua doutrina, veja o que escreve E. Giusti em seu artigo “Signo e sentido interno na filosofia da matemática pré-crítica”: “Usando assim o conceito de sentido interno como um coringa no sistema filosófico que vai esboçando, Kant não hesita em mudar este conceito conforme a necessidade e a orientação de suas pesquisas. Assim, no artigo de 1768 sobre A diferença das regiões do espaço, o sentido interno abarcará aquilo que logo depois será classificado como intuições puras, isto é o espaço e o tempo. Este conceito interessa Kant em todo seu percurso em direção a *Crítica*, mas o sentido interno (ou experiência interna) do *Preisschrift* guarda pouco em comum do seu homônimo crítico.” (GIUSTI, E. M. *Signo e sentido interno na matemática pré-crítica*. In: *Dois Pontos*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 61-76, 2005. p. 65-66). Grifo nosso.

⁶⁸ “En el citado escrito de 1768, la ‘conciencia inmediata y evidente’ a que se apela no concierne en rigor a operaciones de la mente; su tema es más bien, como hemos dicho, el espacio, que se revela, de esta suerte, unido por un vínculo estrecho y peculiar a la conciencia de sí. En esse escrito Kant está lejos de extraer las consecuencias de este descubrimiento, el cual esta meramente implícito em el desarrollo de una investigación sobre la naturaleza del espacio, que apela a esta evidencia de lo que allí se llama ‘sentido interno’ unicamente como un nuevo recurso para decidir esa veja cuestión. Pero el

seria o compreendido por Kant do espaço enquanto intuição pura. Representando, portanto, um passo decisivo em sua doutrina.

7. O espaço enquanto conceito não empírico: o primeiro argumento da “Exposição metafísica”

Outra colocação a ser feita – encontrada também na última seção do *Opúsculo de 1768* – seria a de que existe um aspecto com respeito à natureza do espaço que Kant preservaria de 1768 até a “Estética Transcendental”, a saber, sua natureza não empírica.⁶⁹ A maneira através da qual o filósofo de Königsberg inicia sua “Exposição metafísica” do espaço, em que se pretende expor o conceito de espaço enquanto dado *a priori*, é clara: o espaço não é um conceito empírico. No primeiro argumento lemos:

1. O espaço não é um conceito empírico, extraído de experiências externas. Efetivamente, para que determinadas sensações sejam relacionadas com algo exterior a mim (isto é, como algo situado num outro lugar do espaço, diferentemente daquele em que me encontro) e igualmente para que as possa representar como exteriores [e a par] umas das outras, por conseguinte não só distintas, mas em distintos lugares, requiere-se já o fundamento da noção de espaço. Logo, a representação de espaço não pode ser extraída pela experiência das relações dos fenômenos externos; pelo contrário, esta experiência externa só é possível, antes de mais, mediante essa representação.⁷⁰

Daí se segue os outros três argumentos que compõem a “Exposição metafísica” de Kant com respeito ao espaço.

escrito de 1768 representa sin duda un passo decisivo hacia el establecimiento de una de las doctrinas básicas de la filosofía crítica, aquella precisamente que hará posible, como decíamos, la articulación de las demás: la doctrina según la cual nuestra representación del espacio (y del tiempo) es una fonte particularísima de saber inmediato y la par necesario, ligada inextricablemente a la conciencia de sí.” (TORRETI, R. Manuel Kant – Estudio..., 1967, p. 118-19). Grifo nosso.

⁶⁹ f. a nota 41 acima.

⁷⁰ KrV, B 38. Grifo nosso. Ademais, na *Dissertação de 1770*, o primeiro argumento sobre o espaço também foi o de que o espaço não têm origens nos sentidos (cf. § 15 – Ak II, 402).

8. Alguns problemas oriundos da noção de espaço absoluto

Nos escritos posteriores ao *Opúsculo de 1768*, Kant abandonaria essa visão realista acerca da natureza do espaço que em *DE* ele mesmo defendera; e isso acontece por alguns bons motivos. Note-se, por ora, o seguinte: se na *Crítica da Razão Pura* Kant mantivesse a mesma concepção sobre o espaço (isto é, real e absoluto), ele incorreria em sérios problemas para sua empresa filosófica. Pois, enquanto no contexto do *Opúsculo de 1768*, temos de um lado a influência direta de Newton e Euler, que são cientistas e se preocupavam prioritariamente com os problemas da física; por outro lado, temos Kant, que não era propriamente um cientista natural, mas sim um filósofo. Assim, sabemos que um de seus grandes problemas foi, para além daqueles concernentes à matemática e à física enquanto disciplinas de cunho científico, o do estatuto da metafísica como ciência. Portanto, se fosse o caso de ocorrer na *Crítica da Razão Pura* o mesmo que aconteceu no *Opúsculo de 1768*, i.e., considerando o espaço um ente absoluto, então se levarmos isso as suas últimas consequências, acabaria acarretando em seríssimos problemas. Um deles, e quiçá um dos mais sérios, seria o de que o espaço teria de ser considerado enquanto uma coisa em si. Nesse sentido, uma tal noção acarretaria no intrincado problema antinômico, o qual, sem dúvida alguma, foi um dos grandes problemas enfrentados por Kant na *Crítica da Razão Pura*.

9. Conclusão

Embora no item anterior tenhamos apontado para certos aspectos, por assim dizer, negativos oriundos da noção de espaço absoluto, outra coisa que não podemos perder de vista seria para o fato de que no texto de 1768 nosso filósofo ainda não dá conta de

resolver tais pendências, mesmo porque algumas delas nem o próprio Kant havia desenvolvido de maneira plenamente satisfatória. O que se nota em 1768 – como ocorria noutros de seus primeiros textos – é um Kant preocupado em enfrentar um problema que lhe foi outorgado por sua própria época. E como vimos, no *Opúsculo de 1768* esse tema foi o espaço, um assunto de caríssima importância a Kant, bem como aos pensadores de seu tempo.

Vimos, ademais, que o diferencial encontrado no *Opúsculo de 1768* frente àqueles outros textos que o precederam é a dupla quebra de Kant em relação à sua posição sobre o espaço, a saber, a ruptura com Leibniz e a ruptura com o “jovem Kant”. Por fim, foi possível observar no *Opúsculo de 1768* um escrito mais maduro no que concerne especificamente ao tema do espaço, sendo que, a partir dele, o mesmo tema rumava numa direção em que Kant não abandonará por completo suas ideias, senão que seguirá avançando sua doutrina, reformulando alguns pontos quando necessário e seu fim seria dado na “Estética Transcendental” da *Crítica da Razão Pura*. Ora, tal progresso já nos parece ser um bom indício e um sugestivo convite à leitura de um texto que aborda com exclusividade um tema extremamente caro ao filósofo de Königsberg.

Bibliografia

AMARAL, L. A. D. *As origens da filosofia crítica: Um estudo sobre o tema do espaço nos anos de 1768 e 1769 e de sua importância para Kant*. Dissertação de mestrado. PUC-SP, 2013.

ARANA, J. *Ciencia y metafísica en el Kant pré-crítico (1746-1764)*. Sevilla: Universidade de Sevilla, 1982.

_____. *Kant y las tres físicas*. Crisis de la Modernidad, Salamanca, Sociedad Castellano-Leonesa de Filosofía, 1991. p. 55-79.

BECK, L. W. *Essays on Kant and Hume*. London: New Haven, 1978.

_____. Lambert and Hume in Kant's Development from 1769 to 1772. In: BECK, L. W. *Essays on Kant and Hume*. London: New Haven, 1978. p. 101-110.

BEISER, F. C. Kant's intellectual development. In: GUYER, P (org.). *The Cambridge Companion to Kant*. Cambridge U. Press, 1992. p. 26-61.

BURTT, E. A. *As bases metafísicas da ciência moderna*. Editora UNB, 1991.

CASSIRER, E. *El problema del conocimiento*. v. II. Fondo de Cultura Económica, 1953.

_____. *Kant, vida y doctrina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

CAMPO, M. *La genesi del criticismo kantiano*. Varese: Magente, 1953.

CAYGILL, H. *Dicionário de Kant*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

CHALMERS, A. F. *O que é ciência afinal?* 2. ed. Editora Brasilense, 2006.

DESCARTES, R. *Discurso do método*. Tradução João Gama. Lisboa: Edições 70, 2003.

DE VLEESCHAUWER, H. J. *La composition du 'Preisschrift' d'Immanuel Kant sur les progrès de la métaphysique*. Journal of the History of Philosophy, 1979. p. 149-196.

_____. *La Deduction Transcendentale dans L'Ouvre de Kant*. Tome Premier: La Deduction Transcendentale avant la Critique de la Raison Pure. Garland Publishing, Inc., 1976.

_____. *La evolución del pensamiento kantiano*. Universidad Autónoma de México, 1962.

DOS SANTOS, L. R. *A razão sensível*. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

EISLER, R. *Kant Lexikon*. Hidelnheim: Georg Olms Verlag, 1984.

ERDMANN, B. *Einleitung zu Immanuel Kant's Prolegomena zu einer künftigen Metaphysik, die als Wissenschaft wird auftreten können*. Leipzig. I-CXIV, 1878.

EWING, A. C. *A short commentary on Kant's "Critique of Pure Reason"*. University of Chicago Press, 1938.

FISCHER, K. *Geschichte der neuern Philosophie*. v. IV. Immanuel Kant und seine Lehre. I. Teil Eintstehung und Grundlegung der kritischen Philosophie. Mannheim, 1860.

FISCHER, K. UND TRENDLENBURG, A. *Kant's Lehre vom Raum und Zeit*. Jena: Druck und Verlag von Frederich Mauke, 1870.

FRIEDMAN, M. *Kant and the exact sciences*. Harvard U. Press, 1992.

_____. Philosophy of natural science. In: GUYER, P. (org.). *The Cambridge Companion to Kant and modern philosophy*. Cambridge U. Press, 2007. p. 303-341.

GERHARDT, K. I. (ed.). *Leibnizens mathematische Schriften*. v. 5. Halle: Druck und Verlag von H. W. Schmidt, 1858.

GIUSTI, E. M. *A filosofia da Matemática no "Preisschrift" de Kant*. São Paulo: EDUC, 2004.

_____. Signo e sentido interno na matemática pré-crítica. In: *Dois Pontos*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 61-76, 2005.

HATFIELD, G. Kant on the perception of space (and time). In: GUYER, P. *The Cambridge Companion to Kant and modern philosophy*. Cambridge U. Press, 2007. p. 61-93.

HEIDEGGER, M. *Kant y el problema de la metafísica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

HINTIKKA, J. Kant on the mathematical method. In: POSY, C. J. *Kant's Philosophy of Mathematics – Modern Essays*. Kluwer Academic Publishers, 1992. p. 21-42.

HUME, D. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Trad. José O. de A. Marques. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

JAMMER, M. *Conceitos de espaço*: A história das teorias do espaço na física. Contraponto; PUC-RIO, 2010.

_____. *Conceitos de Força*: Estudo sobre os fundamentos da dinâmica. Contraponto; PUC-RIO, 2011.

JOLEY, N. *Leibniz*. New York: Routledge, 2005.

KANT, I. Acerca do primeiro fundamento da diferença das regiões do espaço. Trad. Alberto Reis. In: *Textos pré-críticos*. Porto: Ed. Rés, 1983.

_____. *A new elucidation of the first principles of metaphysical cognition (Nova Dilucidatio)*. Trad. David Walford. In: *Theoretical Philosophy 1755-1770*. New York: Cambridge U. Press, 2007.

_____. Attempt to introduce the concept of negative magnitudes into philosophy. Trad. David Walford. In: *Theoretical Philosophy 1755-1770*. New York: Cambridge U. Press, 2007.

_____. *Briefwechsel, Akademie Ausgabe, Ak X-XIII. B. I-IV*. Ed. E. Adickes. Berlin. 1912.

_____. *Correspondence*. Ed. e trad. A. Zweig. Cambridge U. Press, 1999.

_____. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Manuela dos Santos e Arthur F. Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

_____. *Critique of Pure Reason*. 5. ed. Trad. Norman Kemp Smith. Londres: Macmillan and Co., 1918.

_____. *Critique of Pure Reason*. Trad. Paul Guyer. Cambridge U. Press, 1998.

_____. Forma e princípios do mundo sensível e do mundo inteligível. Trad. Paulo Licht dos Santos. In: *Escritos pré-críticos*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

_____. *Handschriftlicher Nachlass, Akademie Ausgabe, Ak XVII-XVIII. B. IV-V*. Ed. E. Adickes. Berlin. 1912.

_____. Investigações sobre a clareza dos princípios da teologia natural e da moral (Preisschrift). Trad. Luciano Codato. In: *Escritos pré-críticos*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

_____. *Kritik der reinen Vernunft – Zweite Auflage 1787. Akademie Ausgabe, Ak III*. Berlin: Ed. E. Adickes, 1911.

_____. *Manual dos cursos de Lógica Geral*. Trad. Fausto Castilho. Campinas: Edunicamp, 2003.

_____. *Manuscrit de Duisburg (1774-1775) – Choix de Réflexions des années 1772-1777*. Trad. François-Xavier Chenet. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1988.

_____. Metaphysic L². In: *Lectures on Metaphysics*. Ed. e trad. Karl Ameriks and Steve Naragon. New York: Cambridge U. Press, 2001.

_____. *Metaphysical Foundations of Natural Science*. Trad. M. Friedmann. . New York: Cambridge U. Press, 2002.

_____. *On a discovery whereby any new critique of pure reason is to be made superfluous by an older one (Resposta a Eberhard)*. Trad. Henry Allison. New York: Cambridge U. Press, 2002.

_____. *Pensamientos sobre la verdadera estimación de las fuerzas vivas*. Trad. Juan Arana Cañedo-Argüeles. Peter Lang. Bern. Frankfurt am Main New York. Paris. 1988.

_____. *Prolegômenos a Toda Metafísica Futura*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.

_____. *Reflexionen Kants zur Kritischen Philosophie*. Leipzig: Ed. B. Erdmann, 1882.

_____. Sobre o primeiro fundamento da distinção de direções no espaço. Trad. Rogério Passos Severo. In: *Cadernos de Filosofia Alemã*, São Paulo, v. 2, p. 61-75, 1997.

_____. Sonhos de um visionário explicados por sonhos da metafísica. Trad. Joãozinho Beckenkamp. In: *Escritos pré-críticos*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

_____. Uso da metafísica unida à geometria em filosofia natural cujo espécime I contém a monadologia física. Trad. José de Andrade. In: *Textos pré-críticos*. Porto: Ed. Rés, 1983.

_____. *Vom dem ersten Grunde des Unterschiedes der Gegenden im Raume*. Akademie Ausgabe, Ak II. Ed. E. Adickes. Berlin. 1912.

KEMPSMITH, N. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. Palgrave Macmillan, 2008.

KENNY, A. *Uma nova história da filosofia ocidental*. Trad. Carlos A. Bárbaro. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 4 v.

LEIBNIZ, G. W. *Correspondências com Clarke*. Trad. Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *Monadologia*. Trad. Marilena Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *Nouveaux Essais sur l'entendement humain*. Paris. Garnier-Flammarion, 1966.

_____. *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano*. Trad. Luis João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LINHARES, O. B. *A gênese da dedução transcendental (1768-1775)*. Dissertação de mestrado. PUC-SP, 1997.

_____. *A gênese das antinomias matemáticas*. Tese de doutorado. UNICAMP, 2005.

_____. *O despertar do sonho dogmático*. Trans/Form/Ação. São Paulo. 28 (2). p. 53-81. 2005.

LOCKE, J. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Trad. Eduardo A. de Soveral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

NEWTON, I. *PRINCÍPIOS MATEMÁTICOS DA FILOSOFIA NATURAL – Livro I*. Trad. Trieste Ricci, Leonardo G. Brunet, Sônia T. Gehring e Maria Helena C. Célio. São Paulo: Edusp, 2008.

PATON, H. J.: *Kant's Metaphysic of Experience – A commentary on the first half of the Kritik der Reinen Vernunft*. London, 2004. 2 v.

PIAUI, W. de Siqueira. Leibniz e a metafísica da nova geometria: espaço como relação. *Cadernos UFS de Filosofia* (on-line), v. 9, p. 77-94, 2012.

PORTA, M. A. G. *A filosofia a partir de seus problemas*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. Cassirer e Kant. In: PORTA, M. A. G. *Estudos Neokantianos*. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 145-184.

_____. De Newton a Maxwell – Uma contribuição à compreensão do projeto cassireriano de uma “filosofia das formas simbólicas”. In: PORTA, M. A. G. *Estudos Neokantianos*. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 71-101.

_____. ZURÜCK ZU KANT! Adolf Trendelenburg, a superação do idealismo e as origens da filosofia contemporânea. In: PORTA, M. A. G. *Estudos Neokantianos*. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 15-44.

PRADO, L. L. *Monadologia e espaço relativo: o jovem Kant recebendo Leibniz*. São Paulo: EDUC, 2000.

RAMOS, M. DE C. As mônadas físicas como unidades gerativas no Sistema da natureza de Maupertuis. In: *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 07, n. 03, 2009, p. 461-472.

ROSS, G. M. *Leibniz*. Trad. Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

RUSSELL, B. *A critical exposition of the philosophy of Leibniz*. Cambridge U. Press, 1900.

SCHOPENHAUER, A. *Die Welt als Wille und Vorstellung. Zwieter Band*. Brodhaus, 1888.

SEVERO, R. P. Three Remarks on the Interpretation of Kant on Incongruent Counterparts. *Kantian Review*, v. 9, p. 30-57, 2005.

SPINOZA, B. *Ética demonstrada segundo a ordem geométrica e dividida em cinco partes, nas quais são tratados I. Deus II. A natureza e a origem da mente III. A origem e a natureza dos afetos IV. A servidão humana ou a força dos afetos V. A potencia do intelecto ou a liberdade humana*. Trad. Tomaz Tadeu. Ed. Bilíngue: latim-português. Ed. Autêntica, 2007.

SCHWAIGER, C. Christian Wolff – A figura central do iluminismo alemão. Trad. Dankwart Bernsmüller. In: KREIMENDAHL, L. (Org.): *Filósofos do século XVIII*. Ed. Unisinos, 2007. p. 65-88.

TONELLI, G. *Eclettismo di Kant precritico*. In. Fil 10, 1959. p. 560-73.

TORRETI, R. *Manuel Kant – Estudio sobre los fundamentos de la filosofía crítica*. Ediciones de la Universidad Chile, 1967.

VAIHINGER, H. *Commentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft*. Studgard/Berlim/Leipzig Union Deutsche Verlagsgesellschaft, 1921. 2 v.

WINDELBAND, W. *Historia de la filosofía moderna*. 2 vols. Trad. Elsa Tabernig. Buenos Aires: Editorial Nova, 1951.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luiz H. L. dos Santos. Edusp, 2008.

WOOD, A. W. The antinomies of pure reason. In: Guyer, P.: *The Cambridge companion to Kant's 'Critique of Pure Reason'*. Cambridge U. Press, 2010. p. 245-265.

WUNDT, M. *Die Deutsche Schulphilosophie im Zeitalter der Aufklärung*. OLMS. Hidesheim, Zürich, New York, 1992.